

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) sobre o Projeto de Lei nº 531, de 2009, que dispõe sobre a política energética nacional e dá outras providências.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

RELATOR *AD HOC*: Senador **CASILDO MALDANER**

I – RELATÓRIO

Vem para exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 531, de 2009, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural, e derivados, sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa pública Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), sobre a destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, e dá outras providências.

A proposição sob análise tem origem na Sugestão Legislativa nº 2, de 2009, apresentada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que propõe um novo marco legal para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Após três audiências públicas que instruíram a matéria, a citada Sugestão foi aprovada pela CDH, e transformou-se no Projeto de Lei nº 531, de 2009, de autoria da própria Comissão.

A matéria propugna o retorno ao monopólio estatal do petróleo e do gás nas áreas de exploração e produção, além de propor a extinção dos contratos de concessão regidos pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Ademais, estatiza as atividades de refino, transporte e armazenamento de hidrocarbonetos no País.

A proposição foi encaminhada inicialmente para esta Comissão, e tramitará na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo a esta última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão a análise do mérito do PLS nº 531, de 2009, sob os aspectos econômicos e financeiros da atividade de exploração, produção e refino de hidrocarbonetos.

De início, deve-se ressaltar que a descoberta dos campos gigantes do pré-sal ensejou a apresentação, por iniciativa do Poder Executivo, de um novo marco legal para a indústria do petróleo e do gás natural. Sob a forma de quatro proposições legislativas, esse novo marco legal resultou de uma profunda análise prévia do tema, e foi aprovado neste Congresso Nacional após amplo debate. O atual arcabouço é constituído pela própria Lei nº 9.478, de 1997, e pelas Leis nº 12.276, de 30 de junho de 2010, nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

O PLS nº 531, de 2009, diverge conceitualmente das leis recém-aprovadas nas duas Casas Legislativas, e segue no caminho contrário à tendência mundial de participação crescente da iniciativa privada na indústria do petróleo e do gás natural. Na hipótese de o Projeto sob análise ser aprovado, haveria graves consequências para a União. Destaco as seguintes:

- Vultosas indenizações, por quebra de contrato;
- Recursos fiscais escassos teriam que ser destinados às atividades de exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos. A União não tem condições de investir sozinha nessas atividades, mormente diante dos vultosos recursos que serão necessários para extrair petróleo nas províncias petrolíferas do pré-sal;
- A participação de novos investidores seria virtualmente descartada, em face de quebra de contrato e estatização de

toda a atividade de E&P, refino, transporte e armazenamento de hidrocarbonetos;

- Perda de receita de Estados e Municípios, a título de *royalties* e de participações especiais, pela revogação da Lei nº 9.478, de 1997. Tal iniciativa confronta o art. 20, § 1º, da Constituição Federal, que garante a esses Entes Federativos uma participação no resultado da exploração de hidrocarbonetos;
- Redução da geração de emprego e renda, pelo arrefecimento da atividade da indústria do petróleo, decorrente do eventual retorno ao monopólio estatal.

Diante do exposto, nossa opinião é de que a proposição sob análise não deva prosperar nessa Casa.

III – VOTO

O voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 531, de 2009.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2011.

, Presidente

, Relator